



Intervenções Psicológicas com Adolescentes em Medidas Socioeducativas: Um Relato de Experiência

Psychological Interventions with Adolescents in Socio-educational Measures: An Experience Report

Arthur Herbeth Brito Loureiro¹; Rayna Fernandes Aires²; Talita Teresa Gomes Furtado Maranhão³

RESUMO: O presente artigo relata intervenções realizadas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Luís/MA, com adolescentes cumprindo Medidas Socioeducativas em meio aberto, vinculadas à disciplina de Psicologia Social e Comunitária da Universidade Ceuma. O objetivo foi desenvolver atividades psicoeducativas nas temáticas de Saúde e bem-estar e Espiritualidade, conforme o Plano Individual de Atendimento. Os métodos basearam-se na Psicologia Social e Comunitária, com dinâmicas, oficinas, rodas de conversa e uso de situações-problema. Participaram socioeducandos de 15 a 18 anos, majoritariamente do sexo masculino, institucionalizados por atos infracionais graves. Na intervenção “Saúde e bem-estar”, utilizou-se jogo de mitos e verdades sobre substâncias psicoativas e análise de situações hipotéticas de pressão social, evidenciando que muitos adolescentes desconheciam consequências específicas do uso e apresentavam medo de exclusão social como fator de risco. Na intervenção “Espiritualidade”, realizou-se diferenciação entre religião, religiosidade e espiritualidade, relato de um egresso do sistema socioeducativo e oficina de pulseiras como símbolo de fortalecimento interno. Os resultados indicaram fortalecimento do pensamento crítico, autonomia e identificação de fatores protetivos, além do estabelecimento de vínculo horizontal entre monitores e adolescentes. Conclui-se que intervenções baseadas em escuta qualificada, estratégias lúdicas e protagonismo juvenil são fundamentais para a ressignificação de trajetórias e garantia de direitos no contexto socioeducativo.

Palavras-chave: Bem-estar; Espiritualidade; Socioeducação.

ABSTRACT: This article reports interventions carried out at a Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) in São Luís/MA, with adolescents serving socio-educational measures in an open setting, linked to the Social and Community Psychology course at Ceuma University. The objective was to develop psychoeducational activities on the themes of Health and well-being and Spirituality, in accordance with the Individual Care Plan. The methods were based on Social and Community Psychology, using dynamics, workshops, discussion circles, and problem-situation approaches. Participants were socio-educated youths aged 15 to 18, mostly male, institutionalized for serious offenses. In the “Health and well-being” intervention, a myths-and-facts game about psychoactive substances and the analysis of hypothetical situations involving social pressure were used, revealing that many adolescents were unaware of specific consequences of use and showed fear of social exclusion as a risk factor. In the “Spirituality” intervention, differentiation between religion, religiosity, and spirituality was carried out, along with a testimony from a former participant of the socio-educational system and a workshop of making bracelet as a symbol of inner strengthening. The results indicated strengthening of critical thinking, autonomy, and identification of protective factors, as well as the establishment of a horizontal bond between facilitators and adolescents. It is concluded that interventions based on qualified listening, playful strategies, and youth protagonism are essential for the re-signification of life trajectories and the guarantee of rights in the socio-educational context.

Keywords: Well-being; Spirituality; Socio-education.

¹ Curso de Psicologia, Universidade Ceuma; E-mail: herbetharthur15@gmail.com

² Curso de Psicologia, Universidade Ceuma; E-mail: raynaaires@gmail.com

³ Curso de Psicologia, Universidade Ceuma; E-mail: talita003470@ceuma.com.br



INTRODUÇÃO

O conceito de adolescência é compreendido como uma construção social e não meramente um fator biológico. Enquanto processo de desenvolvimento, caracteriza-se por uma transição que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, assumindo formas variadas a depender dos contextos sociais, culturais e econômicos em que o indivíduo está inserido (Papalia; Martorell, 2022). No Brasil, sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece esse público como sujeito de direitos, exigindo um olhar atento às suas múltiplas realidades. No entanto, essa proteção é frequentemente tensionada por cenários de violência estrutural e vulnerabilidade social, que moldam trajetórias de vida e, por vezes, culminam no envolvimento com o ato infracional.

Nesse estágio, o desenvolvimento psicossocial é marcado pela crise entre identidade e confusão de identidade, conforme proposto por Erikson (1976). O jovem busca estabelecer sua autodefinição ao desenvolver uma percepção coerente de si mesmo, fundamentada em metas, valores e crenças, bem como nos papéis que passará a exercer na sociedade. Paralelamente, como observam Papalia e Martorell (2022), os adolescentes tendem a deslocar parte do convívio familiar para o grupo de pares. Esse círculo de colegas torna-se uma influência crucial, funcionando como fonte de compreensão, orientação moral e um espaço de experimentação para a conquista da autonomia em relação aos pais.

Somado à influência dos pares, o microssistema familiar desempenha um papel determinante na mediação entre o jovem e a sociedade. Nesse cenário, as dinâmicas familiares podem atuar tanto como preditores de risco para o surgimento de condutas infracionais, quanto como potentes fatores de proteção. Ambientes domésticos marcados pela fragilidade e ruptura vínculos correlacionam-se a trajetórias de violência, uso de substâncias psicoativas, envolvimento em delitos e outros comportamentos de risco (Picolli; Arruda, 2023). Em contrapartida, o suporte afetivo e a presença de figuras significativas que ofereçam cuidado e atenção favorecem a adaptação e funcionam como importantes fatores de proteção (Picolli; Arruda, 2023; Papalia, Martorell, 2022).

Quando os fatores de proteção falham e os vínculos se tornam frágeis, o adolescente fica mais suscetível a estratégias de enfrentamento paliativas. Nesse cenário de vulnerabilidade exacerbada, destaca-se o consumo de substâncias psicoativas, frequentemente adotado como um mecanismo de fuga diante das precárias condições de existência e da ausência de perspectivas de futuro. Sob essa ótica, a Psicologia Social reforça que o comportamento humano não pode ser dissociado das crenças e valores do sistema social em que o indivíduo está inserido (Torres et al., 2023), depreendendo-se que o uso da droga é, muitas vezes, um reflexo das contradições e desigualdades que marcam a trajetória desses jovens.

A socioeducação, por sua vez, constitui uma resposta ao ato infracional cometido por adolescentes que vai além da mera punição. Em contraste com o modelo tradicional, centrado no castigo e no isolamento, a prática socioeducativa procura responsabilizar o jovem por suas ações, ao mesmo tempo em que assegura seus direitos enquanto pessoa em desenvolvimento. Desse modo, a medida aplicada, no caso, o meio aberto, deve favorecer a reflexão, o fortalecimento de vínculos e a reintegração social. Romper com a lógica punitiva implica reconhecer que o adolescente também sofre vulnerabilidades sociais, e não se limita a ser apenas um "infrator" (Almeida et al., 2025).

Os fundamentos da socioeducação estão respaldados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Entre eles figuram a legalidade, a celeridade da medida, o respeito às particularidades da pessoa em desenvolvimento e a proporcionalidade em relação ao ato praticado. Nesse cenário, os adolescentes possuem direitos garantidos, como acesso à educação, à saúde, à assistência social e à convivência familiar, e, simultaneamente, responsabilidades, como comparecer às atividades agendadas e observar as orientações da equipe técnica. Busca-se, assim, que o jovem se reconheça como sujeito de direitos e deveres.

A política de Assistência Social, por intermédio da Proteção Social Especial, presta atendimento a pessoas e famílias que vivenciam violação de direitos. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal, descentralizada, responsável por ofertar serviços de Proteção Social Básica a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social no território municipal em que atua. Por sua vez, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade estatal, com abrangência municipal ou regional, voltada à Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, disponibilizando programas e serviços especializados, que exigem maior estrutura técnica e operacional devido à natureza e ao agravamento das situações de risco pessoal e social (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Assim sendo, fica previsto que a execução das medidas socioeducativas de meio aberto passa a ficar sob a responsabilidade dos municípios, mais especificamente sob responsabilidade dos CREAS. No CREAS, a equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais e educadores, acompanha o adolescente e sua família, oferecendo escuta qualificada, orientações e encaminhamentos à rede local (escola, saúde, qualificação profissional) (Silva, 2022). Destarte, o Centro de Referência funciona como um espaço de acolhimento e responsabilização, e não de exclusão.

Na socioeducação em meio aberto, o psicólogo tem um papel fundamental: ajudar o adolescente a ressignificar sua história, identificar seus potenciais e construir um projeto de vida fora da infração. A atuação vai além do atendimento individual, o trabalho com grupos é uma ferramenta poderosa e tem como objetivo o acompanhamento gradual desses adolescentes com um olhar direcionado para a atenção socioassistencial (Mezzaroba; Rafael, 2024). Nos grupos, os jovens podem trocar experiências, refletir sobre valores, limites e consequências de seus atos, tudo em um ambiente mediado pelo psicólogo. Essa estratégia favorece o sentimento de pertencimento, a escuta ativa e a construção coletiva de novos jeitos de se relacionar com a lei, a comunidade e consigo mesmo. (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Desse modo, a formação profissional de estudantes de Psicologia exige que o meio acadêmico ofereça estudos, pesquisas e práticas que contemplem toda a complexidade do SUS, suas políticas públicas, bem como um olhar cuidadoso, respeitoso e assistencial voltado aos adolescentes. Como afirma Paulo Freire: “A teoria só tem sentido quando orienta a prática e se transforma por meio dela” (Freire, 1987).

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido a partir de intervenções realizadas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de São Luís, o qual é destinado a adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em meio aberto. As práticas estiveram vinculadas à disciplina de Psicologia Social e Comunitária/Projeto Interdisciplinar II, do curso de Psicologia da Universidade Ceuma Campus Renascença. Os encontros foram ministrados por 5 grupos diferentes de alunos, aos quais incluíam temáticas como Saúde e bem-estar, Espiritualidade, Lazer, Profissionalização e Educação (conforme o Plano Individual de Atendimento, previamente estabelecido), no mês de novembro de 2025, com supervisão técnica do CREAS, bem como da docente disciplina referida, Prof. Me. Talita Teresa Gomes Furtado Maranhão.

No intuito de reconhecimento do serviço e do perfil dos socioeducandos para a realização de atividades psicoeducativas no CREAS, estabeleceu-se contato prévio através da docente com coordenadora da instituição e, posteriormente, um encontro presencial com a equipe técnica (Coordenadora/Assistente Social e a Psicóloga) e dois alunos representantes de cada grupo. A partir do primeiro contato, houve-se conhecimento da quantidade de adolescentes, perfil, sexo, idade, bem como os motivos de estarem cumprindo as medidas. Por conseguinte, a Psicóloga da instituição sugeriu os temas a serem fortalecidos com os mesmos, atendendo PIA.

Os 6 socioeducandos presentes nas intervenções compunham a faixa etária dos 15 aos 18 anos, sendo a maioria do sexo masculino. Todos se encontravam institucionalizados por terem realizado atos infracionais graves, conforme a Lei do Sinase. A amostra total foi de 6 socioeducandos participantes, e o número de extensionistas envolvidos foi de 35 alunos, separados entre 6 e 7 alunos nos 5 grupos já mencionados. Os procedimentos metodológicos das práticas foram elaborados a partir da perspectiva da Psicologia Social e Comunitária. Foram realizadas dinâmicas, oficinas e intervenções em grupo por meio de rodas de conversa, com participação ativa dos socioeducandos para fortalecimento dos pilares de saúde, bem-estar e espiritualidade, previamente estabelecidos.

As atividades ocorreram durante as quatro semanas do mês de novembro de 2025, com frequência semanal: na primeira semana atuaram dois grupos; nas três semanas subsequentes atuaram os outros três grupos, totalizando 5 grupos diferentes de alunos. A duração de cada intervenção variou entre 1 e 2 horas, dependendo da temática e do formato das atividades. Para a sistemática de análise dos resultados, todos os grupos utilizaram registros por meio de anotações individuais e observação direta, para relato posterior à professora da disciplina e possível produção de artigo.

ETAPAS DESENVOLVIDAS NOS GRUPOS.

1º grupo: Saúde e bem-estar

No início da primeira intervenção, optou-se por adaptar a sala de atendimento com o propósito de torná-la um espaço mais acolhedor e propício ao diálogo. As cadeiras foram cuidadosamente dispostas em roda e os integrantes da equipe posicionaram-se em diferentes pontos desse círculo, estratégia que favoreceu a aproximação entre todos os envolvidos. Para além, foi colocada uma música de tom calmo e relaxante, com o intuito de reduzir possíveis tensões iniciais e criar uma atmosfera de tranquilidade. Como dinâmica de quebra-gelo, cada participante apresentou-se brevemente, dizendo seu nome e compartilhando suas expectativas em relação àquele momento, o que permitiu que os adolescentes se sentissem ouvidos desde o início.

A primeira dinâmica teve como objetivo desmistificar conhecimentos previamente estabelecidos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, promovendo informações baseadas em evidências científicas. Para tanto, realizou-se uma atividade inspirada no jogo de "mitos e verdades" (Figura 1) sobre drogas e bebidas alcoólicas, na qual os adolescentes foram convidados a refletir coletivamente acerca dos tipos, efeitos e consequências dessas substâncias tanto no organismo quanto na vida social, familiar e comunitária. A dinâmica consistiu na utilização de cartões com frases previamente selecionadas presentes em uma caixa (Figura 2), contendo afirmações verdadeiras ou falsas, que deveriam ser analisadas e respondidas por quem tirou a frase. A cada resposta, os monitores promoviam uma breve explicação, esclarecendo dúvidas e desfazendo equívocos comuns, o que estimulou a participação e possibilitando entender o nível de entendimentos deles acerca do tema e também na ampliação desses conhecimentos.

Figura 1 - Placas usadas para representar se as frases eram “fato” ou “fake”.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

Figura 2 - Caixa utilizada contendo as frases verdadeiras e falsas.

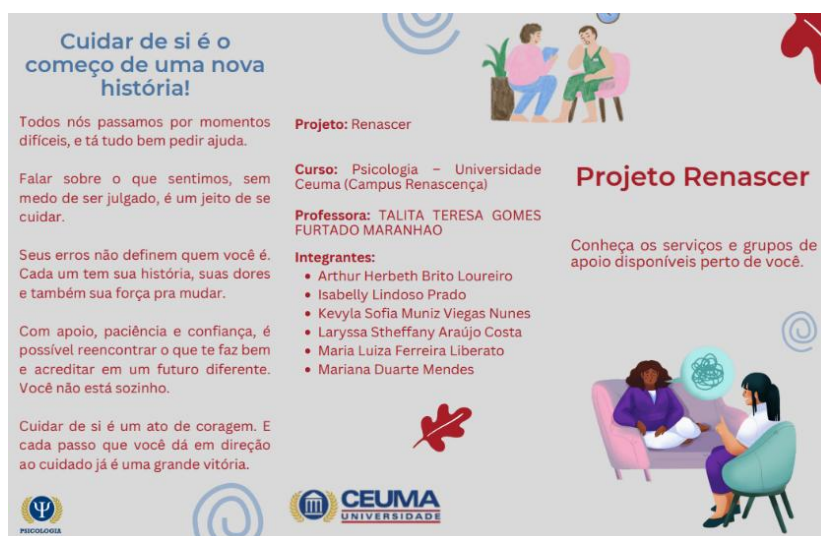


Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

Em um segundo momento, os jovens foram divididos em duplas, onde cada dupla era guiada por dois monitores, na qual foram apresentadas situações hipotéticas, previamente elaboradas pelos monitores com base em casos, envolvendo contextos de uso de drogas e/ou bebidas alcoólicas compatíveis com a realidade vivenciada pelos adolescentes, relatados pelos profissionais do CREAS. As situações incluíam a pressão de pares para experimentação, passando por dilemas como aceitar ou não uma substância de um amigo. Diante de cada situação, os socioeducandos eram incentivados a tomar decisões a partir de discussões com sua dupla, justificando suas escolhas e apresentando posteriormente em voz alta as possíveis consequências imediatas e futuras de suas ações. Esse exercício permitiu que os jovens reconhecessem seus próprios valores e limites, e percebessem que cada decisão carrega consigo desdobramentos que afetam não apenas a si mesmos, mas também as pessoas ao seu redor.

Para concluir esse primeiro dia de intervenção, reservou-se um momento de encerramento e avaliação com duração aproximada de 20 minutos. Inicialmente, promoveu-se uma roda de conversa final intitulada "O que aprendi / o que levo comigo", na qual cada adolescente foi convidado a compartilhar suas percepções sobre as atividades realizadas, os aprendizados construídos ao longo do encontro e aquilo que consideravam mais significativo para levar consigo. Em seguida, abriu-se um espaço para que os participantes expressassem dúvidas, sentimentos despertados pelas discussões e sugestões para futuros encontros, sempre com escuta ativa e acolhimento por parte dos mediadores. Por fim, foram entregues materiais informativos (Figura 3 e 4) contendo orientações sobre saúde mental, prevenção ao uso de substâncias e contatos de serviços de apoio da rede intersetorial, tais como o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) e as escolas de referência dos adolescentes.

Figura 3 - Parte 1 do panfleto disponibilizado.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

Figura 4 - Parte 2 do panfleto disponibilizado



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

2º grupo: Espiritualidade

Nesta segunda intervenção, realizada na semana subsequente com um novo grupo de monitores, manteve-se a estrutura organizacional prévia com o intuito de consolidar um ambiente acolhedor e integrado. O objetivo central das atividades consistiu no fortalecimento da espiritualidade dos socioeducandos, pautando-se na diferenciação entre os conceitos de espiritualidade, religiosidade e religião, o intuito foi incentivá-los não apenas como fatores protetivos à vida, mas como caminhos para a ressignificação de suas histórias, permitindo que encontrassem novos sentidos e propósitos para além do contexto infracional. Para tanto, iniciou-se o encontro com uma dinâmica interativa mediada por um tablet, no qual foram apresentadas diversas imagens representativas dos três conceitos. Os adolescentes foram instigados a identificar a qual categoria cada imagem pertencia, processo que permitiu esclarecer os significados reais de cada termo e desmistificar a concepção equivocada de que espiritualidade e religião são indissociáveis.

Posteriormente, visando promover identificação e reflexão sobre as trajetórias dos jovens, abriu-se espaço para o relato de um egresso do sistema socioeducativo. Com histórico de vida, condições socioeconômicas e contexto social análogos à realidade da maioria dos presentes, o convidado compartilhou como utilizou a espiritualidade como alicerce para buscar novas oportunidades e ressignificar sua existência após o envolvimento com o ato infracional. Esse momento foi crucial para o fortalecimento do vínculo, favorecendo o diálogo e o compartilhamento de vivências dos próprios adolescentes, consolidando um espaço seguro para escuta qualificada e aprendizado mútuo.

Como atividade de encerramento, realizou-se uma oficina de confecção de pulseiras (Figura 5), cujo objetivo foi proporcionar uma ancoragem material aos temas discutidos. A proposta visava a externalização dos elementos que compõem a espiritualidade de cada jovem, impulsionando-os a identificar o que lhes confere sentido e força para uma possível ressignificação de trajetória. Na dinâmica, cada cor de miçanga representava uma dimensão específica — como o apoio familiar, a rede de amigos, a religiosidade ou a conexão com a natureza —, resultando em um símbolo individualizado dessas conexões. A participação ativa dos monitores na confecção de seus próprios adereços estabeleceu uma relação de horizontalidade, transformando o encerramento em um momento de troca mútua e fortalecimento de vínculos entre todos os presentes.

Figura 5 - Materiais utilizados na confecção das pulseiras.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

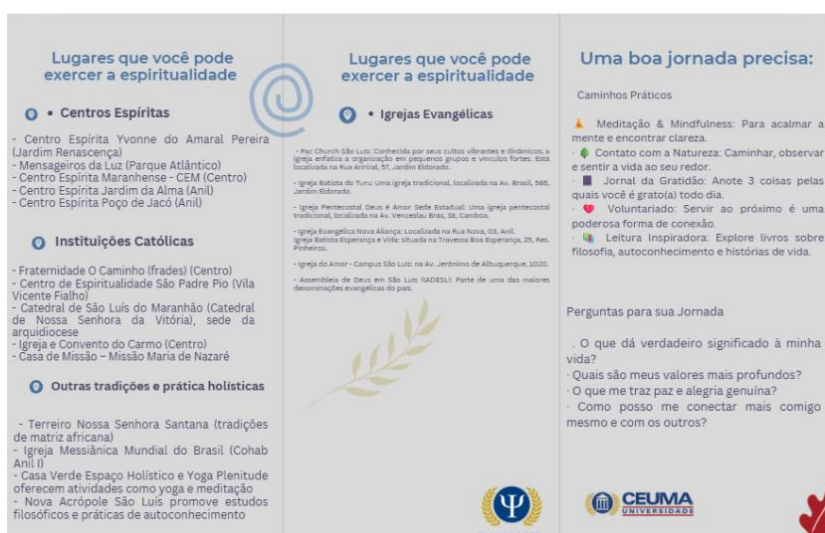
Ademais, o momento de socialização realizado ao término das atividades evidenciou a eficácia da intervenção, uma vez que a interação e o diálogo se estenderam de forma espontânea para além das dinâmicas estruturadas. Esse espaço de convivência permitiu trocas informais e orientações personalizadas, culminando na entrega de uma cartilha informativa. O material impresso (Figura 6 e 7) serviu como um guia de apoio para que os jovens pudessem consultar a importância da espiritualidade em seu cotidiano, contendo, inclusive, indicações de espaços e equipamentos comunitários no território onde poderiam exercer essas práticas.

Figura 6 – Parte 1 do panfleto disponibilizado.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

Figura 7 – Parte 2 do panfleto disponibilizado.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos a partir da experiência desenvolvida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) proporciona fundamentos necessários para a formação acadêmica de estudantes de psicologia que são garantidos em decorrência do desenvolvimento de atividades extensionistas fora do ambiente universitário. Essas atividades constituem-se em um dos pilares da tríade ensino-pesquisa-extensão, favorecendo que discentes e docentes adquiram habilidades, competências e atitude crítica-reflexiva para atuarem junto à comunidade (Santana et al., 2021).

A partir da prática realizada por equipes em diferentes encontros concebidos pelo projeto, os grupos de “Saúde e Bem-estar” e “Espiritualidade”, em específico para esse artigo, os grupos de “Saúde e bem-estar” e “Espiritualidade”, no CREAS, evidenciou-se a complexidade das demandas que perpassam de modo geral os indivíduos, bem como a importância de intervenções pautadas em uma escuta qualificada e em estratégias educativas e lúdicas.

Ao longo das atividades realizadas, foi possível observar que as situações experienciadas pelos adolescentes estão intrinsecamente conectadas a contextos sociais, familiares, econômicos e institucionais marcados por desigualdades estruturais. Nesse sentido, as ações possibilitaram não apenas uma aplicação dos estudos desenvolvidos em sala de aula em cadeiras como Psicologia Social, como um aperfeiçoamento ao know-how extremamente crucial na formação profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Além do mais, a vivência possibilitou uma reflexão crítica sobre a função do profissional no campo da proteção social especial, ressaltando a exigência de uma postura ética, sensível e comprometida com a efetivação de direitos. As ações executadas evidenciaram que a atuação no CREAS demanda articulação contínua entre teoria e prática, sobretudo no que tange à compreensão dos processos subjetivos e das dinâmicas sociais que permeiam a existência dos usuários (Mezzaroba; Rafael, 2024). Desse modo, os achados indicam a importância de práticas voltadas à promoção da autonomia, ao fortalecimento de vínculos e à ressignificação das experiências vividas, ao passo que também tornam visíveis os desafios enfrentados para a implementação das políticas públicas na rotina institucional. Por conseguinte, serão apresentados os resultados específicos dos dois grupos que proporcionaram tais discussões expostas anteriormente.

A partir das demandas apresentadas pela equipe do CREAS, decidiu-se que em primeira instância, seria preferível começar os trabalhos abordando o tema saúde e bem-estar focando essencialmente nas consequências do uso de substâncias psicoativas. Começar o dia proporcionando um acolhimento aos jovens, garantiu para os mesmos que aquele seria um local acolhedor, receptivo e de escuta aberta para caso eles se sentissem confortáveis em falar algo. Além de criar um vínculo entre os presentes e suprimir a ideia de hierarquia estabelecida ao imaginar que os estudantes não estariam acessíveis ou seriam superiores a eles.

Logo após esse momento, a dinâmica de mitos e verdades elucidou se o público-alvo tinha discernimento acerca das substâncias que eles usavam. As frases iam de falácias de benefícios da maconha, consequências do crack, à métodos de prevenção e cuidados com a saúde. Com as respostas, percebia-se que muitos tinham conhecimentos dos conteúdos mais óbvios, mas quando se tratava de assuntos mais específicos, eles não sabiam distinguir entre fato ou mentira (como se era comprovado ou não que o uso da maconha garantia produtividade). Concluindo assim que, ao usarem tais substâncias, alguns não sabiam as consequências do consumo, mas que outros tinham sim entendimento, elucidando que o problema vai além de escolhas unicamente internas (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

Para dar continuidade às atividades, foi elaborada uma estratégia que incentivasse os adolescentes a refletirem sobre processos de tomada de decisão, a partir de situações hipotéticas próximas de sua

realidade. As propostas envolviam cenários cotidianos nos quais poderiam se reconhecer, especialmente aqueles marcados por pressão social. Em uma das situações, por exemplo, os participantes eram convidados a se imaginar em uma festa, na qual um amigo os incentivava dizendo: “usa isso aqui, é só um pouquinho, todo mundo está usando, você também deveria relaxar”. A partir das respostas apresentadas, foi possível identificar aspectos relacionados às habilidades internas dos adolescentes, como resistência, pensamento crítico, autoestima, bem como o receio de rejeição ou julgamento por parte do grupo. Observou-se que, em sua maioria, os participantes demonstraram medo de exclusão social, o que favorecia a tendência de ceder à pressão do momento. Esse dado evidencia como contextos sociais marcados por vulnerabilidade, aliados ao temor de não pertencimento, podem se configurar como fatores que facilitam o uso de substâncias psicoativas (Santos; Santos, 2022).

Para finalizar, a atividade de encerramento foi conduzida a partir de uma roda de conversa avaliativa, na qual os adolescentes puderam expressar suas percepções sobre os encontros e retomar os principais temas trabalhados. Nesse processo, destacou-se o fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia, bem como o reconhecimento de estratégias pessoais para lidar com pressões sociais. A experiência reforçou, portanto, a importância de intervenções que valorizem o protagonismo juvenil e promovam espaços de fala, escuta e reflexão, alinhados à perspectiva de garantia de direitos e desenvolvimento integral (Almeida et al., 2025). Culminando assim na entrega de uma cartilha impressa contendo localização e contato de redes de apoio para eles.

A intervenção voltada à Espiritualidade concentrou-se em potencializar o sentido de vida dos socioeducandos, apresentando a dimensão espiritual como um fator protetivo e uma via para a ressignificação da trajetória pessoal. Ao compreender o sujeito em sua integralidade biopsicossocial-espiritual, a atividade inicial de diferenciação entre religião, religiosidade e espiritualidade revelou a dificuldade dos jovens em distinguir tais conceitos na prática, evidenciando uma percepção de que seriam termos sinônimos e centrados predominantemente na figura de 'Deus' ou na frequência à igreja.

Portanto, ao atingir o objetivo de diferenciá-los, a intervenção deixou de ser apenas uma teorização para consolidar-se como uma ferramenta de autoconhecimento. Essa transição é fundamental pois, conforme apontam Santos et al. (2026), a escuta qualificada e a mediação dialógica no CREAS permitem que o adolescente compartilhe sua história e inicie um processo de revisão de suas perspectivas de vida, elemento essencial para o rompimento com a identidade infracional e para a promoção da saúde e qualidade de vida.

Subsequentemente, promoveu-se o relato de experiência do convidado, cuja trajetória, marcada por contextos de vulnerabilidade análogos aos dos jovens presentes, contribuiu para o fortalecimento do vínculo e para a superação de uma empatia meramente teórica. O convidado compartilhou sua história de vida para além da conduta infracional, abordando abertamente sua dinâmica familiar, desafios econômicos e o envolvimento com substâncias. A importância de ações que considerem o histórico de vida desses jovens é enfatizada por Picolli e Arruda (2021), que apontam a necessidade de identificar e fortalecer os fatores de proteção para mitigar os eventos estressores aos quais os adolescentes em medida socioeducativa estão expostos.

Através desse intercâmbio, o convidado demonstrou como a espiritualidade e a religiosidade foram pilares centrais em sua busca por novas oportunidades. Observou-se que o relato gerou uma identificação imediata, rompendo resistências e incentivando os participantes não apenas à escuta atenta, mas ao compartilhamento espontâneo de suas próprias vivências. Tal fenômeno alinha-se às reflexões de Mezzaroba (2024), ao destacar que o trabalho com grupos no contexto socioeducativo potencializa a circulação da palavra e permite que os jovens reconheçam em si mesmos e no outro a possibilidade de transformar suas realidades subjetivas e sociais.

Avançando para uma perspectiva prática, a oficina de confecção de pulseiras proporcionou uma materialização simbólica dos elementos que conferem sentido à vida dos adolescentes. Essa atividade lúdica funcionou como um recurso mediador para a identificação de seus pilares de fortalecimento interno. Conforme destacam Sousa Santos e Santos (2022), o uso de estratégias lúdicas em contextos socioeducativos é fundamental para romper com paradigmas tradicionais, permitindo a construção de um espaço de escuta acolhedora onde o jovem desenvolve autonomia e habilidades sociais.

Percebeu-se que a dinâmica fomentou uma interação horizontal, na qual o auxílio dos monitores durante a confecção estabeleceu um ambiente de trocas espontâneas que transcenderam a temática central, permitindo que os jovens compartilhassem sonhos e projetos pessoais. A eficácia desse vínculo foi evidenciada pelo interesse dos participantes em prolongar o tempo de convivência durante o lanche, um comportamento atípico que demonstra o fortalecimento da confiança institucional. Esse cenário corrobora as reflexões de Oliveira (2024) sobre o papel das intervenções no CREAS em promover o protagonismo e o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais.

Por fim, o momento revelou-se oportuno para a entrega de cartilhas informativas, que serviram como registro e incentivo à vivência da espiritualidade. O material apresentou a espiritualidade como uma experiência plural — associada ou não a dogmas religiosos —, oferecendo indicações de espaços diversificados no território, como igrejas e centros de práticas holísticas, reafirmando o compromisso da intervenção com a garantia de direitos e o bem-estar integral dos adolescentes.

A vivência extensionista possibilitou aos estudantes de graduação a aquisição de competências essenciais para o exercício profissional em Psicologia. Entre essas competências, sobressaem a escuta qualificada, a condução de grupos, a habilidade para planejar e implementar intervenções psicoeducativas e a articulação com a rede de proteção social. O contato direto com a realidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas possibilitou aos extensionistas enfrentar situações complexas raramente replicáveis em sala de aula, ampliando seu repertório teórico-prático e fortalecendo capacidades relacionais imprescindíveis para atuar em contextos de vulnerabilidade.

Além do desenvolvimento de habilidades técnicas, a experiência extensionista propiciou uma reflexão crítica acerca do papel do futuro psicólogo frente às desigualdades sociais e à efetivação de direitos. Os alunos puderam reconhecer a relevância de uma prática ética, politicamente engajada e dedicada à promoção da cidadania de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Tal vivência reafirmou a extensão universitária como um ambiente privilegiado para a produção de um conhecimento que ultrapassa a teoria acadêmica, formando profissionais mais sensíveis, críticos e aptos a intervir de modo transformador na realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das equipes no âmbito do CREAS, junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, permitiu uma visão mais abrangente das diversas dimensões que permeiam a realidade desses sujeitos. A vivência demonstrou que as condições de vulnerabilidade social e as violações de direitos não se limitam à razão de estarem naquela situação, mas estão intimamente vinculadas a contextos familiares, territoriais e institucionais marcados por desigualdades. Nesse panorama, a intervenção inicial reforçou a necessidade de práticas alicerçadas na escuta qualificada, no fortalecimento de competências individuais e na promoção do acesso ao conhecimento pelos adolescentes.

Ademais, a investigação realizada evidenciou a importância do trabalho interdisciplinar no âmbito socioassistencial, sobretudo frente à complexidade das demandas identificadas. As dinâmicas e atividades sugeridas favoreceram a criação de espaços de debate e reflexão, estimulando a participação dos adolescentes e permitindo a ressignificação de suas vivências.

No que tange aos desafios enfrentados, é imperativo destacar a escassez de recursos estruturais da instituição, o que demandou que o planejamento e a execução das oficinas ficassem sob responsabilidade exclusiva do corpo discente e da coordenação docente. Quanto à adesão dos adolescentes, observou-se uma resistência inicial e o absenteísmo de alguns jovens — fenômeno recorrente na dinâmica da unidade —, além da limitação temporal para o estabelecimento de vínculos mais profundos, dado que o contato presencial iniciou-se apenas no momento da intervenção. Contudo, tais barreiras não impediram o engajamento da maioria, cuja receptividade foi se consolidando ao longo das atividades.

Em última análise, a experiência cumpriu os objetivos acadêmicos ao proporcionar a vivência prática da graduação em contextos reais. A intervenção reafirmou a Psicologia Social como alicerce transversal para as demais áreas da profissão e permitiu a compreensão da atuação do psicólogo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente no CREAS. O projeto possibilitou o desenvolvimento de competências essenciais, como a escuta ativa e o manejo de grupos, contribuindo diretamente para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Para além do ganho técnico e acadêmico, a intervenção possibilitou o exercício de uma Psicologia ética e politicamente implicada com as questões sociais. A experiência demonstrou a relevância de transpor o saber psicológico para além dos limites da sala de aula, fomentando as políticas públicas de assistência social por meio de estratégias que visam a reintegração social e o protagonismo juvenil. Ao fortalecer eixos fundamentais como a saúde e a espiritualidade, a ação reafirmou o compromisso da graduação com a promoção da dignidade humana, oferecendo aos adolescentes não apenas suporte técnico, mas subsídios para a construção de novos horizontes e o fortalecimento de seus próprios recursos internos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Victor da Silva et al. Medidas socioeducativas: desafios e possibilidades do serviço social. *Revista DELOS*, Curitiba, v. 18, n. 69, p. 1–28, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no âmbito das medidas socioeducativas. Ed. rev. Brasília, DF: CFP, 2021.

ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOCHMULLER, Alessandra Moreira dos Santos et al. Narrativas, escuta e redução da reincidência entre adolescentes em medida socioeducativa no CREAS de Cruz Alta. *Revista Cadernos Cajuína*, v. 11, n. 1, e1723, 2026.

MARQUES, Brena Ellen Feitoza et al. Integrando a Psicologia nas Medidas socioeducativas: Uma revisão integrativa. *Bioethics Archives, Management and Health*, v. 3, n. 1, p. 57–64, 2023.

MEZZAROBBA, Rafael. Trabalho com grupos e alguns efeitos nas medidas socioeducativas, a partir da produção de artigos científicos brasileiros. 2024. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

OLIVEIRA, Claudia Alves de. Entre a teoria e a prática: o papel do CREAS na implementação de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. 2024. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento Humano. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

PICOLLI, Ana Clara Gomes; ARRUDA, Daniel Péricles. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e saúde mental: uma revisão integrativa. *Argumentum*, Vitória, v. 15, n. 3, p. 169-189, set./dez. 2023.

SANTOS, Matheus Elias dos; NASCIMENTO, Cintia Maria do; SANTOS, Joana D'Arc Cardoso dos. O psicólogo no contexto judicial: relato de experiência com adolescentes autores de atos infracionais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 1563-1577, mar. 2023.

SANTOS, Tamires de Lima Sousa; SANTOS, Tereza Raquel dos. Práticas psicológicas em uma instituição socioeducativa: um relato de experiência. *Revista Ciência em Extensão*, Petrolina, v. 18, n. 1, p. 275-287, 2022.

SILVA, Laura Maria Souza da. Atuação do CREAS em face da evasão escolar de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto. 2022. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

TORRES, Ana Raquel Rosas; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; TECHIO, Elza Maria; CAMINO, Leôncio (org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. 3. Ed. São Paulo: Blucher, 2023.